

---

## O Ensino Secundário em Minas Gerais no Período Republicano: promessas de igualdade, heranças de exclusão

---

### Secondary Education in Minas Gerais in the Republican Period: promises of equality, inheritances of exclusion

---

### Educación Secundaria en Minas Gerais en el Período Republicano: promesas de igualdad, herencias de exclusión

---

Derossi, Caio Corrêa<sup>1</sup> (Viçosa, MG, Brasil)

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-9762-7392>

Hollerbach, Joana D'Arc Germano<sup>2</sup> (Viçosa, MG, Brasil)

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-3931-7836>

Carvalho, Thaís Carneiro<sup>3</sup> (Viçosa, MG, Brasil)

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-6556-2122>

#### Resumo

O presente trabalho propõe uma análise acerca da organização do ensino secundário, durante o período republicano, em um recorte temporal localizado no século XX, especificamente no estado de Minas Gerais. A metodologia utilizada baseou-se no instrumental da Nova História Política e da pesquisa documental. Para tanto, as fontes elencadas foram os textos legais coevos ao período estudado, principalmente Leis, Relatórios e Discursos dos governadores ao Poder Legislativo. Ademais, compuseram o *corpus* analítico da pesquisa, estatísticas e recenseamentos oficiais acerca dos estabelecimentos escolares e matrículas. O texto discute o ensino secundário através da sua expansão e dos seus investimentos público e privado, observando que, para este segmento, foi destacado numericamente as instituições privadas e o quantitativo de alunos atendidos. À guisa das considerações finais, verificou-se que os investimentos públicos foram aquém da demanda, o que possibilitou grande expansão do setor privado e que, data das décadas finais do século XX, ocorreu um investimento público sistemático neste segmento de ensino.

**Palavras-chave:** Ensino secundário. Organização do ensino. Período republicano. Minas Gerais.

#### Abstract

The present work proposes an analysis about the organization of secondary education, during the republican period, in a time frame located in the 20th century, specifically in the state of Minas Gerais. The methodology used was based on the instruments of New Political History and documentary research. To this end, the sources listed were the legal texts of the period studied, mainly Laws, Reports and Speeches of the governors to the Legislative Power. In addition, they made up the analytical corpus of research, statistics and official censuses about school establishments and enrollments. The text discusses secondary education through its expansion and public and private investments, noting that for this segment, the private institutions and the number of students served were highlighted numerically. By way of final considerations, it was found that public investments were below demand, which enabled a large expansion of the private sector and that, from the late decades of the twentieth century, systematic public investment in this segment of education.

**Keywords:** High school. Organization of teaching. Republican period. Minas Gerais.

#### Resumen

El presente trabajo propone un análisis sobre la organización de la educación secundaria, durante el período republicano, en un marco temporal ubicado en el siglo XX, específicamente en el estado de Minas Gerais. La metodología utilizada se basó en los instrumentos de Nueva Historia Política e investigación documental. Con este fin, las fuentes enumeradas fueron los textos legales del período

---

<sup>1</sup> Mestrando (2019) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). [derossi.caio@gmail.com](mailto:derossi.caio@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora do magistério superior, Adjunto III, da Universidade Federal de Viçosa. [joana.germano@ufv.br](mailto:joana.germano@ufv.br)

<sup>3</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Viçosa (UFV). [thaiscarvalho471@gmail.com](mailto:thaiscarvalho471@gmail.com)

estudiado, principalmente Leyes, Informes y Discursos de los gobernadores al Poder Legislativo. Además, formaron el corpus analítico de investigación, estadísticas y censos oficiales sobre establecimientos escolares e inscripciones. El texto analiza la educación secundaria a través de su expansión e inversiones públicas y privadas, y señala que para este segmento, las instituciones privadas y el número de estudiantes atendidos se destacaron numéricamente. A modo de consideraciones finales, se descubrió que las inversiones públicas estaban por debajo de la demanda, lo que permitió una gran expansión del sector privado y que, desde las últimas décadas del siglo XX, la inversión pública sistemática en este segmento de la educación.

**Palavras-Clave:** Enseñanza secundaria. Organización de la enseñanza. Periodo republicano. Minas Gerais.

## Introdução

A expansão e a massificação do ensino, sobretudo, do secundário e do superior, reverberaram durante a segunda metade do século XX, em vários países, no que Hobsbawn (1991) denominou de uma Revolução Social. A educação tem passado por uma ampliação em seus sistemas e, nesse ínterim, o ensino superior ganha destaque levando, por conseguinte, a alterarem-se as ordens do emprego, do consumo e das relações interpessoais. Nesse âmbito, o historiador inglês Hobsbawn (1991) aponta uma relação inversamente proporcional entre a queda do campesinato e o crescimento, de tendência universal, da relevância da educação e da necessidade dos ensinos secundário e superior como requisito para a ocupação dos postos de trabalho. Outros autores, como Viñao (2004), retratam que, no contexto europeu, a expansão do ensino secundário, ocorrida a partir da década de 1950, foi uma das mais destacadas transformações no campo educacional em todo o século XX.

No mesmo período, já no contexto brasileiro, também é observada a expansão e o aumento do número de vagas para o ensino secundário em instituições públicas e privadas. Entretanto, mesmo com o decorrer das décadas, a universalização deste segmento de ensino não ocorreu, uma vez que muitos adolescentes não passaram por esta etapa escolar. Os dados de Silva (1959) explicitam este quadro: em 1933, havia 66.420 matrículas em um universo de 417 escolas, públicas e privadas, de ensino secundário no país. Amado (1973), refletindo sobre o panorama do ensino médio nos anos de 1950, destacou que existiam diferenças radicais entre os segmentos secundário e técnicos, visto que o primeiro era acadêmico e inflexível e os outros eram meramente utilitários. Além disto, no contexto da sua pesquisa, ocorria uma forte centralização das decisões administrativas e pedagógicas na esfera do Governo Federal e as instituições de ensino eram predominantemente particulares. Passados 21 anos, a quantidade de escolas e de

alunos matriculados aumentou significativamente para 2.510 e 540.902, respectivamente. Entretanto, tal expansão ocorreu, majoritariamente, na rede particular de ensino.

Embora, desde o período imperial, as intenções de centralização e de homogeneização dos sistemas de ensino sejam percebidas com as suas distintas cores locais, as organizações do ensino secundário no período republicano foram diversas em cada estado brasileiro, bem como os percursos das instituições e a sua natureza, pública ou privada, como assinalam os autores Dallabrida e Souza (2014) e Pessanha e Gatti Júnior (2012). Logo, o que se pode observar é que a interseccionalidade dos fatores de gênero, etnia, classe social e região de origem afetam diretamente o acesso e a permanência desta escolarização média aos jovens, evidenciando, portanto, os aspectos da desigualdade generalizada no país.

Nesse sentido, o presente texto ocupa-se de analisar aspectos da organização do ensino secundário durante o século XX, no estado de Minas Gerais. Pretende-se também refletir acerca da atuação estatal sobre este segmento de ensino e entender como as políticas públicas implementadas impactaram a ampliação da escolarização dos jovens. Destarte, se buscará observar, ainda, o aumento das escolas secundárias mediante a perspectiva da Nova História Política, de René Rémond (2003), já que a cultura política e as relações de poder permeiam abundantemente a escola e o Estado. O conjunto das decisões governamentais reflete não só as instituições escolares, como os sujeitos que são coparticipantes de suas dinâmicas. Para tanto, será utilizada a metodologia de análise documental, a partir das legislações, dos documentos oficiais e das estatísticas, como fontes do estudo. Tal conjunto é significativo quando se parte do entendimento de que o poder político tem representações e predileções ao campo educacional e aos sujeitos que o integram.

Cabe ressaltar que o ensino secundário é entendido, neste trabalho, como os estudos de formação geral, portanto, localizado entre os ensinos primário e superior. Durante os anos, ele foi alterado, tanto em termos de sua configuração, quanto em sua própria nomenclatura. Exemplos disto é que, no período da Primeira República, ele fora marcado por exames e cursos iniciais para o ingresso no ensino superior, podendo variar, na sua duração, em cinco e sete anos. Já após 1931, com

a Reforma Francisco Campos, o período de sete anos do ensino secundário era dividido entre fundamental e complementar, com respectivamente, cinco e dois anos.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, propôs o entendimento de que os cursos profissionalizantes passariam a integrar também o ensino secundário. Desta forma, a divisão proposta era entre o ginásial e o colegial, de quatro e três anos cada um. Esta divisão impactava até as denominações das instituições escolares. Os ginásios, portanto, eram as instituições que ofereciam apenas o curso ginásial, ao passo em que os colégios ofertavam os cursos de ginásial e de colegial.

Com a Lei nº. 5.692, de 1971, a denominação ensino secundário foi extinta do sistema educacional brasileiro, sendo substituída por ensinos de 1º e de 2º Graus. O primeiro, com a obrigatoriedade de 8 anos, era a união do ensino primário com o ginásial, e o segundo era o equivalente ao antigo colegial. Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, o ensino de 2º Grau passa a ser descrito como Ensino Médio, sendo antecedido pelo Ensino Fundamental.

Compartilha-se com Azanha (1995) que a democratização do acesso e da permanência no ensino público seja um compromisso do Estado, enfrentado a partir de políticas públicas para a educação, e que objetive, entre outros aspectos, as oportunidades e as garantias para o ingresso e a conclusão. E são, como supracitado, tais relações entre as ações do Estado, o sistema educacional e os sujeitos aquilo que estará à ribalta neste texto.

### **Os Ginásios e o Ensino Secundário de Minas Gerais na Primeira República**

Pesquisas como a desenvolvida por Nogueira (2012) evidenciam como Minas Gerais, de forma análoga a outras províncias, investiu no ensino primário como marca da modernização durante a Primeira República. Já em relação ao ensino secundário, o investimento, a organização e a difusão foram tão incipientes que, conforme analisa Chaves Junior (2010), foi um dos principais fatores para que as instituições particulares se consolidassem e se expandissem pelo estado nesse segmento.

Nesse âmbito, Neves (2006) afirma que os números do ensino secundário no período têm paridade com os dados do século XIX, o que revela o tamanho da estagnação. O mesmo autor localiza os Seminários de Mariana e do Caraça, nos séculos XVIII e XIX, como as primeiras instituições na província que tratariam da

formação de jovens no ensino secundário. Quando se pensa para além dos seminários, as aulas avulsas de disciplinas e de ramos do conhecimento se configuravam como forma primeira do ensino secundário. Neves (2006) ainda sublinha que, no ano de 1853, com o auxílio pecuniário do governo, foram criadas uma série de escolas particulares e que, no ano seguinte, o Liceu Mineiro de Ouro Preto, aos moldes do Colégio Pedro II, deveria servir de exemplo para todas as outras instituições de ensino secundário na província.

Doze anos depois, através da Lei nº 1.627/1866, o governo criou em diversas regiões da Província de Minas Gerais seis externatos públicos direcionados para o ensino de jovens. Entretanto, problemas diversos nos seus funcionamentos e críticas quanto à sua finalidade colocaram, em 1890, através do Decreto nº 260, o fim de cinco desses externatos. O mesmo ordenamento legal suprimiu o Liceu de Ouro Preto e determinou o ensino secundário mineiro através de dois pontos centrais: o externato de Ouro Preto e o Internato de Barbacena. O antigo Liceu fora transferido, agora com o nome de Ginásio, para a recém-fundada Belo Horizonte – a nova capital do estado. Como aponta Teixeira (2011), a mudança de nome para Ginásio é uma marca simbólica do rompimento com as ideias do Império – o antigo – para a República – o novo, o moderno.

Assim, o Ginásio Mineiro tornou-se referência no Ensino Secundário, atendendo prioritariamente o público masculino. Entretanto, em números totais, as matrículas totalizavam, em 1906, de acordo com o relatório do presidente da província, Francisco Antonio de Salles, 287 alunos (MINAS GERAIS, 1906). Isso representava um número muito abaixo do que se imaginava para o internato e o externato. Com exceção do período entre 1908 e 1910, quando funcionou o Curso Fundamental de Instrução Secundária, o internato e o externato foram as únicas instituições de Ensino Secundário públicas de toda a província até 1928. O Curso de Instrução Secundária era mais voltado para uma formação profissional e de ordem prática, diferente da matriz clássica-humanista apregoada nas outras instituições que ofertavam o Ensino Secundário. Embora tal experiência tenha sido valorizada por políticos como João Pinheiro e Israel Pinheiro da Silva, o governo do presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes encerrou o Curso em 1910 por razões alegadas de não contemplar seus objetivos e de pouca aderência social.

As ações do governo brasileiro durante a Primeira República encaminhavam para uma organização estrita e controladora do ensino secundário frente a manifestações de descentralização da educação no país. Assim, o governo federal continuou a sua atuação em prol de uma uniformização pedagógica que era assumida e mantida, uma vez que o mesmo governo exercia controle do ensino superior. As instituições públicas de ensino secundário se concentravam, na maioria dos casos, nas capitais de cada estado, em apenas uma unidade. Elas atendiam prevalentemente as elites e eram apresentadas como exemplos para as demais.

Por sua vez, as instituições particulares, principalmente as confessionais, somavam grande número de matrículas. Todavia, para se entender a profundidade das desigualdades sociais do período, ambas escolas, públicas e privadas, eram pagas, o que explicita um caráter de seletividade social na preparação de jovens para o ensino superior. Cabe ressaltar também que não havia uma inter-relação entre os outros segmentos de ensino e que a ideia de formação para o ensino superior era um objetivo final do processo.

Chaves Junior (2010), através da revista Vida Escolar, periódico editado pelo Governo de Minas Gerais nos anos de 1916, 1917, 1918, 1921 e 1926, com dados estatísticos da educação, revela a forte expansão do ensino secundário privado. Enquanto Minas contava com duas instituições públicas de ensino secundário, em 1916 havia 60 instituições privadas que, em um intervalo de dez anos, passaram para 153 unidades particulares de ensino secundário. O aumento das instituições acompanhou de forma proporcional o das matrículas: no mesmo período que o Ginásio e o Internato públicos contavam com 160 e 439 alunos, entre os anos de 1916 e 1926, as instituições privadas saltavam de 3.834 para 11.854 alunos. Como supracitado, o estado mineiro contribuiu com subvenção para escolas privadas, principalmente as confessionais, demonstrando, assim, interesse em que estas instituições se fixassem nas localidades para atuarem na expansão do ensino secundário pelo estado.

Cumprir destacar que as diferenças entre o Ginásio Mineiro e o Internato de Barbacena - outra instituição de Ensino Secundário do período - ficaram mais aprofundadas no final dos anos de 1910. Exemplo disto é o relatório entregue, em 1919, pelo presidente Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro e que reportava uma situação bastante dicotômica: enquanto o Ginásio Mineiro, localizado

na capital do estado tinha características modelares para as outras instituições, o Internato de Barbacena tinha poucas matrículas, laboratórios deficientes, sem sede própria e com alojamentos precários (MINAS GERAIS, 1919). Para além das realidades vivenciadas e praticadas, tais discursos constroem representações sociais e imaginários coletivos de excelência da instituição de ensino secundário da capital mineira. Tanto que, em função das demandas por vagas, durante a década de 1920, foi construído um novo prédio, bastante moderno para a época, para comportar as novas turmas e oferecer melhores condições de estudos para aqueles jovens. Outros movimentos de fomento para o ensino secundário público de Minas só seriam vistos nos anos finais da década de 20, do século XX, com as ações do presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e do Secretário do Interior, Francisco Campos.

### **A relação desigual entre os Ginásios particulares e públicos em Minas Gerais no século XX**

O governador Antônio Carlos assumiu, em seu mandato de 1926 a 1930, um programa político que visava à recomposição e ao fortalecimento do Partido Republicano Mineiro, em um contexto de crise das oligarquias, que denotou o fim da Primeira República. Assim, em meio às discussões sobre cidadania, sobre a moralização do regime republicano, frente às dissonâncias do pacto oligárquico, a escola primária ganha novamente importância, bem como a necessidade de se pensar a questão do analfabetismo e da expansão da instrução pública.

É importante sublinhar que, ao longo do século XX, as representações e os imaginários de escola mudaram. De acordo com Carvalho (2003), nos anos 1920 a escola se afastou do ideário de regeneração social e se aproximou da Escola Nova, a pedagogia em voga na época. Nesse sentido, a reforma Francisco Campos consolidou a escolha da escola pela pedagogia nova. Campos entendia que a escola tinha uma função social que deveria extrapolar a instituição e reverberar para o meio social. Assim, de acordo com Peixoto (1983), o governo Antônio Carlos utilizou a educação como elemento persuasivo, atendendo à demanda de grupos sociais, com a ampliação do direito de escolaridade em todos os níveis de ensino através das ações de criação da Universidade de Minas Gerais, a inauguração de quatro escolas secundárias e o reforço às perspectivas de incorporação do ideário da Escola Nova para as instituições primária e normal.

Segundo Peixoto (1983), o governo Antônio Carlos promoveu uma expansão significativa da educação estadual. A partir dos dados do ano de 1930 pode-se perceber que as instituições públicas de educação cresceram 170% e as matrículas 87%. As instituições de ensino secundário passaram de duas para seis no interstício de 1926-1930. No mesmo período, o primário, que tinha 2.117 escolas, passa para 5.926 e, de 239.878 matriculados, para 448.810.

Outro dado interessante diz respeito às escolas normais. Em função da reforma de Campos e das outras ações governamentais, a formação de professores foi privilegiada. Foram criadas em todo o estado 19 escolas normais, que somaram-se às duas já existentes. Então, do universo de 21 escolas, 15 eram de nível primário e o restante de nível secundário.

Neste sentido, durante o governo Antônio Carlos foram criados quatro ginásios públicos com o objetivo, segundo os órgãos governamentais, de os matriculados acessarem os cursos superiores e expandirem a possibilidade educacional, já que até então existiam apenas os ginásios de Belo Horizonte e Barbacena. É interessante sublinhar que, conforme os estudos de Magalhães (2008) e de Gatti (2013), a criação de ginásios em Minas e a estadualização de instituições privadas e municipais corresponderam à junção de interesses de políticos e de personalidades locais com interesses privados, usando, portanto, a escola como uma moeda de troca. Assim, os textos jurídicos encaminhavam para cancelar as relações políticas afins entre os sujeitos. Cabe ressaltar que o governador Antônio Carlos participou da criação da Aliança Liberal, grupo político que lançou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa para a presidência da república em oposição às ações do estado de São Paulo.

Minas Gerais, no final da Primeira República, tinha papel de destaque no cenário educacional, já que possuía sete instituições públicas de ensino secundário, além de mais de cem ginásios privados. Segundo Souza (2019), em São Paulo, no mesmo período, existiam apenas três ginásios públicos.

No período denominado Era Vargas (1930-1945), duas reformas educacionais aconteceram no país. A primeira, chamada Reforma Francisco Campos, de 1931, versou sobre a sistematização do ensino secundário propondo, entre outras coisas, a inspeção federal nos ginásios públicos e privados. A segunda, Lei Orgânica de Ensino Secundário, de 1942, conhecida popularmente como Reforma Capanema,

contemplava a formação holística dos jovens, principalmente nos quesitos da moral, do patriotismo e do nacionalismo - pontos preconizados na época. É coeva à implementação desta reforma a ampliação do ensino secundário sobretudo, mas de outros segmentos também, como o ensino industrial, o ensino comercial, o ensino agrícola e o ensino normal.

Silva (1969) interpretou que as instituições escolares passaram a atender mais estudantes. Segundo o autor, de 400 instituições e uma média de 166 matrículas por estabelecimento, em 1933 passou-se para 2.010 e 307, respectivamente; em 1956, para 4.174; e em 1964, para 372. O autor anteriormente mencionado também demonstra o processo de expansão vertical dos sistemas de ensino e das matrículas, uma vez que, no ano de 1960, 87% das matrículas estavam concentradas no ginásio, correspondente ao primeiro ciclo, sendo o restante no ciclo colegial. Silva (1969) também destaca que existiam diferenças regionais no ensino secundário e evidencia o crescimento das instituições particulares. Assim, em 1960, 60% das matrículas se concentravam na região Sudeste e, em 1964, 53,3% dos alunos estavam em instituições particulares de ensino, frente a 28,4% em estabelecimentos públicos. Neste cenário, as escolas confessionais eram predominantes.

A literatura buscou várias vertentes explicativas para a ampliação do ensino secundário entre os anos de 1930 e 1960, entre elas, a expansão econômica advinda dos processos de urbanização e de industrialização (ROMANELLI, 1987), o reconhecimento social do ensino secundário (ABREU, 1955; AMADO, 1973) e a equivalência entre os sistemas de ensino durante o Estado Novo Vargas (ROCHA, 2000). Mas, o que é ponto pacífico na literatura é a necessidade de mais investimentos na temática, já que as idiosincrasias dos estados colocavam no horizonte articulações políticas e dos sujeitos muito próprias.

No caso mineiro, a ampliação do ensino secundário, localizado entre os anos de 1928 e 1960, deveu-se à iniciativa privada, uma vez que a expansão pública se deu de forma tímida, revelando, assim, um quadro de desigualdade entre os processos de expansão. Nesse sentido, pode-se perceber com clareza que as ações políticas têm peso nesse processo. Um exemplo foi o governo de Benedito Valadares que, entre 1933 e 1945, abriu três ginásios públicos, favorecendo as instituições privadas, principalmente de ordens religiosas, a partir de uma suposta premissa cética por parte do governo em relação ao ensino secundário. Portanto, a iniciativa privada

foi favorecida com a ação parca do governo de abertura de novos ginásios. Somado a isto, a postura de manutenção dos ginásios públicos como modelos e o apoio às instituições confessionais são observadas.

É interessante refletir, como aponta Diniz (1981), que na década de 1930, em função da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, a exportação de café, principal produto da economia do estado, diminuiu drasticamente, gerando o crescimento da dívida pública, a diminuição da arrecadação e a saída de expressivo contingente populacional da região. Nesse contexto, o sopro modernizador se intensificou como opção para o enfrentamento da crise. Assim, correspondendo a estes anseios, no ano de 1946 foi inaugurada a Cidade Industrial de Contagem. Essa iniciativa passou a exigir a formação de jovens para atender à demanda das indústrias, abrindo espaço para instituições de formação técnica.

Após o término do período do Estado Novo, em 1945, observou-se a reorganização dos partidos políticos e dos movimentos sociais, outrora cerceados por Vargas. Outros pontos que são notados, de acordo com Ferreira e Delgado (2013), referem-se ao crescimento econômico, ao grande ânimo em torno do modelo nacional desenvolvimentista e às mudanças na organização do espaço urbano e na cultura brasileira, principalmente entre os anos de 1946 e 1964. É neste período que ocorrem ações de melhoria e ampliação da educação primária rural, as campanhas nacionais de Educação Rural (CNER), de Educação de Adultos (CNED) e a em Defesa da Escola Pública (CNDEP), bem como as discussões acerca da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Em relação ao ensino secundário, permanece o enfoque de supervisão do sistema, bem como da tentativa de uniformização e de equiparação entre as instituições. Nos anos de 1950 foram lançadas leis de equivalência com vistas a minorar as desigualdades nesta etapa do ensino e as diferenciações entre as modalidades do secundário e o técnico. Ainda na década de 1950 foram lançados dois programas distintos para o ensino secundário: a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundários (CADES) e o Fundo Nacional do Ensino Médio (FNEM). O primeiro era direcionado aos professores e aos demais trabalhadores ligados à educação. O segundo oferecia bolsas de estudos para alunos ingressarem em instituições particulares. De acordo com Souza (2008), apesar das ações governamentais para a educação durante os anos 1950, uma série de intelectuais e

educadores discutiu os problemas enfrentados pela educação de forma aberta em periódicos e revistas, refletindo sobre a necessidade de mudanças curriculares e a relação entre educação e trabalho.

A política mineira continuou se pautando na intervenção da organização dos estabelecimentos secundários, oferecendo subsídios para as instituições privadas e gerindo as públicas. No governo de Milton Campos (1947-1951), observou-se um aporte de investimento nos estabelecimentos públicos: foram construídas mais seis instituições de educação do secundário, compondo o universo de 11, com 2.640 alunos em 1949 (MINAS GERAIS, 1950). Cabe afirmar que, para a construção destes ginásios, novamente entram em cena, os interesses locais, os arranjos entre estados e municípios e a ação dos atores sociais para a ampliação do ensino secundário. É coevo a este período o estabelecimento das matrículas gratuitas para os estudantes dos cursos normal, secundário e técnicos. Segundo Milton Campos, o estado contava, em 1950, com 9 unidades oficiais de ensino secundário, sendo 4 ginásios e 5 colégios, e 189 ginásios privados. O número de escolas técnicas era de 91, além de 13 patronatos. Sobre o curso normal, 23 estabelecimentos eram oficiais e 109 privados (MINAS GERAIS, 1950).

Já o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1951-1955) tratou de investir nas questões industriais e de infraestrutura. Nesse sentido, criou a empresa Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), coadunando os interesses privados e públicos, bem como a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que tinha por objetivo conseguir recursos para investimentos no estado. No que se refere à educação, aos moldes do governo federal foi criado um plano para o combate à evasão escolar, uma vez que os dados apontavam para 280.766 crianças que não frequentavam a escola. As instituições da zona rural que ofereciam o primário foram as que mais receberam recursos.

Sobre o ensino secundário, o governador contabilizava cinco ginásios, cinco colégios públicos e de uma escola técnica de comércio (MINAS GERAIS, 1953). No ano de 1955, Kubitschek lançou as Leis números 1.235, 1.236, 1.237 e 1.238, que propunham a expansão da rede, estadualização de estabelecimentos e aquisição de mobiliários. Entretanto, tais ações não surtiram crescimento significativo dos estabelecimentos. Foi no próximo governo estadual, de José Francisco Bias Fortes,

---

que ocorreu a ampliação para o total de 22 estabelecimentos de ensino secundário, em 1960.

### **A ampliação das escolas públicas e do acesso de jovens ao ensino médio a partir dos anos 1960**

Os anos de 1960 em Minas Gerais foram notadamente de investimentos no ensino secundário. Segundo os dados estatísticos e de recenciamento dos estabelecimentos escolares consultados ao longo do texto, no ano de 1962, do total de 134.991 matrículas, 120.286 eram correspondentes ao ginásial enquanto o restante, ao curso colegial. As matrículas de sexo feminino, em ascensão desde a década de 1940, chegaram aos anos 1960 quase em igualdade com as do sexo masculino. Entretanto, a concentração maior de mulheres era no curso ginásial e os estabelecimentos privados atendiam a 77,16% das matrículas (BRASIL, 1984).

De acordo com Souza (2008), nesse momento registra-se uma série de programas implementados para o ensino de médio, como: classes experimentais, ginásios vocacionais, de trabalho, polivalentes e pluricurriculares. Entretanto, com o golpe que instalou a ditadura civil-militar no Brasil, os aspectos de centralidade, coerção e valorização da indústria com investimentos estrangeiros foram sentidos na educação a partir da ênfase na teoria do capital humano, com os acordos com a *Agency for International Development* (USAID) e a matriz tecnicista da educação orientada pelos parâmetros de racionalidade, eficácia e produtividade.

Em Minas Gerais, nos anos 1960, a União Democrática Nacional (UDN) era o principal partido que lançava o banqueiro Magalhães Pinto ao governo do estado, eleito em 1961. Frontalmente contra o plano governamental do presidente João Goulart, Magalhães Pinto apoiou incondicionalmente o golpe civil-militar. O governador endossava a relação da educação com o desenvolvimento nacional e sinalizou, à época, a necessidade de expansão da rede de escolas secundárias.

Neste sentido, apesar da construção de alguns ginásios e colégios, a ampliação de oferecimento do ensino secundário se deu principalmente pela criação de classes anexas em estabelecimentos estaduais já existentes. Foi apenas no governo de Israel Pinheiro (1966-1969) que o estado mineiro realizou uma reforma

administrativa tal que impactou nos sistemas de educação e de cultura (GENTILINI, 1993). E foi esse mesmo governo que realizou uma das maiores ampliações de instituições escolares de ensino médio em Minas: em um ano, cento e noventa novas escolas públicas foram criadas (MINAS GERAIS, 1967).

A expansão também contemplou a criação de escolas normais, colégios comerciais e até um Conservatório Estadual de Música. A tônica sentida era que, concomitante à expansão do ensino público, a rede privada também se expandia.

Já a década de 1970 foi marcada pela Reforma do Ensino, através da Lei nº.5.692/1971, que aumentou o período de escolarização obrigatória para oito anos, constituindo o 1º grau da união do primário com o ginásial. Vale destacar que tais iniciativas foram praticadas sem diálogo ampliado, no contexto de vigor dos Atos Institucionais (AI's) e de forte quadro de censura.

Com a Lei nº. 5.692/1971, o ensino de 2º grau passou a ser denominado de ensino de nível médio e o colegial configurou-se, portanto, em ensino de 2º grau. A profissionalização foi posta como obrigatória em função de uma visão restrita de educação, que valorizava a qualificação técnica e pregava a falsa premissa da necessidade de formação de técnicos para a indústria brasileira. Só com a Lei nº. 7.044, de 1982, foi que a profissionalização compulsória deu espaço para a possibilidade de oferta de um ensino médio geral ou de um curso técnico, independentes, conforme o interesse dos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1982).

A implementação das Reformas de 1º e de 2º graus em Minas Gerais ocorreu no governo de Rondon Pacheco (1971-1975), em correspondência com as políticas federais e com a postura do estado enquanto um fiscal das redes e dos estabelecimentos de ensino. É do governo Rondon Pacheco a revisão do Estatuto do Magistério, a Comissão Estadual de Moral e Civismo, Programa Estadual de Bolsas-de-Estudo e das equipes de supervisão das Delegacias de Ensino - responsáveis por acompanhar a lei de ampliação e atualização do ensino, entre outros.

A relação estreita entre educação, economia e desenvolvimento industrial é entendida, em grande parte, pelo contexto do denominado "Milagre Econômico", período de crescimento econômico e de aprofundamento das desigualdades. Como analisa Duarte Filho (1986), este período em Minas é marcado por excelentes resultados das indústrias de transformação, antes nunca vistos. Mas, com a

desaceleração da economia, sentida a partir da segunda metade da década de 1970, e que atingia a indústria mineira, reverberou-se a continuidade de um investimento no Ensino de 1º Grau, que cumpria parcialmente a obrigação do Estado.

Segundo Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, governador do estado entre 1975 e 1978, a principal razão para o não investimento no Ensino de 2º Grau era a falta de recursos (MINAS GERAIS, 1978). Assim, com a estagnação dos investimentos públicos para o 2º Grau, o segmento privado se expandiu. Dados da Estatística da Educação Básica de 1982 concluem que a prevalência de escolas particulares para este nível de ensino em Minas girava em torno de 62,26%, superando a média nacional que era de 58,86%. Logo, a intensificação da ampliação do investimento público no setor só ocorreria nos anos finais do século.

### **À guisa das considerações finais: caminhos ainda para percorrer**

As ações do Estado, durante o século XX, no sentido da fiscalização do ensino secundário mineiro foram o principal mote discutido no texto. Mas, para além disto, discutiu-se a oferta do ensino secundário público como obrigação do Estado para a garantia do direito de escolarização. Entretanto, o que fora observado, é a expansão maciça dos estabelecimentos particulares até a metade do século XX, em função da desigual expansão entre os estabelecimentos e da política de construção de poucos ginásios públicos, estabelecendo instituições de referência.

Só a partir de 1960 foi que os investimentos públicos mais sistemáticos foram sentidos para o ensino secundário. Entretanto, estes se configuraram ainda insuficientes para as demandas postas. Somente nos anos 90 do século XX foi quando que a rede pública conseguiu ultrapassar, em atendimento, a rede particular de ensino. Apesar desta mudança positiva, o Ensino Médio público mineiro ainda enfrenta sérios desafios, como a evasão escolar, a distorção entre idade e série, propondo a reflexão que a velha questão da democratização do ensino secundário ainda é uma batalha a se vencer nos dias atuais.

### **Referências Bibliográficas**

ABREU, J. **A educação secundária no Brasil**: ensaios de identificação de suas características principais. Rio de Janeiro: MEC; Cileme, 1955.

AMADO, Gildásio. **Educação média e fundamental**. Rio de Janeiro; Brasília: Ed. José Olympio; MEC, 1973.

AZANHA, José Mário Pires. **Educação: temas polêmicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Sinopse estatística da educação básica**. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1984.

BRASIL. **Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>. Acesso em: 20 ago. 2010.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Reformas da instrução pública. *In: 500 anos de educação no Brasil*. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.225-251.

CHAVES JUNIOR, Ilton de Oliveira. **Provocar, auxiliar e fiscalizar**. O lugar do Estado na produção do ensino secundário em Belo Horizonte (1898-1931). 2010. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima (Orgs.). **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)**. Uberlândia: Edufu, 2014.

DINIZ, Clélio Campolino. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DUARTE FILHO, Francisco Carvalho. Desempenho e fontes de crescimento da indústria mineira no período pós-75. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.31-52, mai/ago. 1986.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GATTI, Gisele Cristina do Vale. **A escola e a vida na cidade: o Gymnasio Mineiro de Uberlândia (1929-1950)**. Uberlândia: Edufu, 2013.

GENTILINI, João Augusto. **Modernização do Estado e racionalização administrativa do sistema estadual de ensino de Minas Gerais (1987-1989)**. 1993. 305f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MAGALHAES, Otavio Luciano C. Sales. **O papel da educação e do Lyceu dirigido pelo Prof. Salathiel de Almeida na configuração do contexto geopolítico, social e econômico de Muzambinho (MG)**. 2008. 553f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

MINAS GERAIS (Estado). **Mensagem apresentada por Juscelino Kubitschek de Oliveira, governador do Estado de Minas Gerais à Assembleia Legislativa Mineira, por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1953**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1953.

MINAS GERAIS (Estado). **Mensagem apresentada por Milton Soares Campos, governador do Estado de Minas Gerais à Assembleia Legislativa Mineira, em sua sessão ordinária de 1950**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1950.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo governador do Estado Antônio Aureliano Chaves de Mendonça ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1978**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1978.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo governador do Estado José de Magalhães Pinto ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 7ª legislatura no ano de 1967**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1967.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1919**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1906. Disponível em: [brazil.crl.edu](http://brazil.crl.edu). Acessado em 12 de agosto de 2019.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 4ª legislatura no ano de 1906**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1906. Disponível em: [brazil.crl.edu](http://brazil.crl.edu). Acessado em 10 de agosto de 2019.

NEVES, Leonardo dos Santos. **Organização do ensino secundário em Minas Gerais no século XIX**. 2006. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerias, Belo Horizonte, 2006.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. **A escola primária noturna em Minas Gerais (1891-1924)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. **Educação no Brasil dos anos vinte**. São Paulo: Loyola, 1983.

PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JUNIOR, Décio (Orgs.). **Tempo de cidade, lugar de escola: história, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”**. Uberlândia: Edufu, 2012.

REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes. **Educação conformada: a política de educação no Brasil (1930-1945)**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária (perspectiva histórica e teoria)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, Geraldo Bastos. **Introdução crítica do ensino secundário**. Rio de Janeiro: MEC; CADES, 1959.

SOUZA, Rosa de Fátima. O ensino secundário em Minas Gerais no período Republicano: o secular desafio da democratização. In: NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique. **História da educação em Minas Gerais**: República. Uberlândia: Edufu, 2019.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Aleluia Heringer Lisboa. **Uma escola sem muros**: Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1964). 2011. 224f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

VIÑAO, Antonio. **Escuelas para todos**: educación y modernidade em la España del siglo XX. Madrid: Marcial Pons Historia, 2004.

**Joana DArc Germano Hollerbach.**

Viçosa, Minas Gerais, Brasil

Possui graduação em Administração pela Faculdade de Administração de Governador Valadares (1986), Licenciatura em História pela Universidade Vale do Rio Doce (2003), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2016). Atualmente é professora do magistério superior, Adjunto III, da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação, ensino de história, políticas públicas para a educação básica, trabalho e educação.

**Email:** joana.germano@ufv.br

**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5888935341011338>

**Thaís Carneiro Carvalho.**

Viçosa, Minas Gerais, Brasil

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Viçosa (UFV), na Linha de Pesquisa 3: Formação Humana, Políticas e Práxis Sociais. Graduada em Pedagogia pela UFV. Foi bolsista do Programa de Iniciação a Docência PIBID/ Pedagogia. Foi voluntária no Programa de Iniciação Científica, onde desenvolveu pesquisas na área da Educação com ênfase em História da Educação Brasileira, Movimento Estudantil e Ditadura Civil- Militar. Integrante do GECCE - Grupo de Estudos dos Clássicos Contemporâneos em Educação e do Grupo de Pesquisa Educação, Conhecimento e Processos Educativos, registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq, do Departamento de Educação da UFV.

**Email:** thaiscarvalho471@gmail.com

**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4748641135055179>

**Caio Corrêa Derossi.**

Viçosa, Minas Gerais, Brasil

Mestrando (2019) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), na Linha de pesquisa 1: Educação Pública: Sujeitos e Práticas. Graduado (2018) em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Viçosa. Aluno-pesquisador e bolsista de pré-iniciação científica pelo projeto Jovens Talentos para a Ciência da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no Centro de Vocação Tecnológica (CVT), da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), entre os anos de 2013-2014. É aluno-integrante, desde 2016, do grupo de pesquisa Formação do Educador e Práticas Educativas (FORMEPE), registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq, do Departamento de Educação da UFV. Entre fevereiro\2017 e fevereiro/2018 foi bolsista Capes\CNPq, do Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). No ano de 2017 integrou o Grupo de Estudo "Ética na Educação", filiado ao Grupo de Pesquisa em Educação, Conhecimento e Processos Educativos e ao Grupo de Estudo dos Clássicos Contemporâneos em Educação (GECCE). É membro fundador e foi Diretor de Gestão de Pessoas da ConHis (Consultoria em História), Empresa Júnior de História da Universidade Federal de Viçosa, no período de 2017\2018. Representante Discente (2017-2018) da Comissão Coordenadora do Curso de História da UFV. Foi Monitor Bolsista Nível I (2018) da disciplina Psicologia e Desenvolvimento da Aprendizagem (EDU 117), na Universidade Federal de Viçosa. Têm interesse nas áreas: Formação de Professores, Formação Continuada, Desenvolvimento Profissional da Docência, Aprendizagem Docente, Socialização Profissional da Docência, Narrativas e História da Educação. Aprovado em 1º lugar no edital 3/2019 para Monitor Bolsista Nível II de Psicologia, atuando em disciplinas da licenciatura e do bacharelado. Aprovado em 2º lugar no Edital nº 02/2020 para Monitor Bolsista Nível II para atuar nas disciplinas da licenciatura em Pedagogia: Ensino de História, Ensino de Geografia, Filosofia da Educação I e Sociologia da Educação I. cursou disciplina isolada no segundo semestre de 2020 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGE/UFOP). Atua como parecerista de artigos das seguintes revistas: IFES Ciência (IF-ES), Revista Pró-Discente (PPGE-UFES), Revista @rquivo Brasileiro de Educação (PPGE-PUC/MG), Interfaces da Educação (UEMS), Margens Interdisciplinar (UFPA), Revista do Instituto de Ciências Humanas (PUCMG) e Revista de Ciências Humanas (CCH/UFV).

**Email:** joana.germano@ufv.br**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/2861629420221016>**Recebimento: 27/05/2020****Aprovação: 03/09/2020****Q.Code****Editores-Responsáveis**[Prof. Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto](#), Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil[Prof. Dr. Arno Münster](#), Universidade de Amiens - Paris, França